autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 17:33:24.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 640/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.126, de 27 de junho de 2005 – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 15.249, de 3 de novembro de 2025 – Altera as Leis nºs 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008 – Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 15.314, de 15 de janeiro de 2014 – Institui o Índice Paulista de Acessibilidade das Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nos Municípios – IPAM, na forma que especifica.

Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990 – Determina tratamento prioritário a pessoas portadoras de deficiências físicas.

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992 – Dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

Lei Municipal nº 11.345, de 14 de abril de 1993 – Dispõe sobre a adequação das edificações à pessoa portadora de deficiência, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.424, de 30 de setembro de 1993 – Dispõe sobre o acesso de pessoas deficientes físicas a cinemas, teatros e casas de espetáculos.

Lei Municipal nº 11.602, de 12 de julho de 1994 – Autoriza o Executivo a adaptar pelo menos um veículo às necessidades das pessoas deficientes físicas em todas as linhas de ônibus da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.821, de 7 de abril de 1999 – Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários com acesso único através de porta-giratória manterem acesso, em rampa quando for o caso, para pessoas portadoras de deficiência física que se locomovem em cadeira de rodas, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 – Dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução.

Lei Municipal nº 14.073, de 18 de outubro de 2005 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal para Cuidar de Políticas Públicas e Ações Voltadas às Pessoas com Deficiência Visual, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.408, de 22 de maio de 2007 – Institui, no Município de São Paulo, serviço de atendimento e informação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 – Dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas; revoga as Leis nº 10.508, de 4 de maio de 1988, e nº 12.993, de 24 de maio de 2000, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002.

Lei Municipal nº 15.576, de 6 de junho de 2012 – Institui o Selo de Acessibilidade, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.914, de 16 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida usuárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo.

Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015 – Institui o Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende, no Município de São Paulo.

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.494, de 18 de julho de 2016 – Assegura matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora na escola municipal mais próxima de sua residência.

Lei Municipal nº 16.497, de 20 de julho de 2016 – Institui a Rede de Reabilitação e Cuidados para a Pessoa com Deficiência no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016 – Dispõe sobre o direito de pessoas com deficiência ingressarem e permanecerem com cão de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017 – Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.

Lei Municipal nº 17.161, de 26 de agosto de 2019 – Institui o uso da bengala verde como meio adequado para identificar pessoas acometidas de baixa visão e como instrumento de orientação e mobilidade no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.447, de 9 de setembro de 2020 – Autoriza ações integradas para indicação de recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência nos estabelecimentos de ensino do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.975, de 8 de julho de 2023 – Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Lei Municipal nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024 – Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 – Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.347, de 9 de dezembro de 2025 – Dispõe sobre a criação dos espaços “Dorina Nowill” para acessibilidade das pessoas com deficiência visual nos órgãos e equipamentos públicos da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.387, de 9 de janeiro de 2026 – Altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 681/2026 Institui, no Município de São Paulo, a reserva e a identificação de vagas preferenciais de estacionamento destinadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA em grandes centros comerciais, estabelecimentos de grande circulação e demais locais que especifica, e dá outras providências.

PL 670/2026 – Autoriza o Poder Executivo a fornecer óculos inteligentes com tecnologia de assistência visual a pessoas com deficiência visual no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 638/2026 – Dispõe sobre a implantação e a adequação progressiva de espaços de brincar inclusivos e sensoriais em parques, praças e demais áreas públicas municipais, com a finalidade de promover a acessibilidade, a inclusão, a convivência comunitária e o desenvolvimento integral de crianças com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA, transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições que demandem recursos de acessibilidade, e dá outras providências.

PL 627/2026 – Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de sistema de informação sonora nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo, com a finalidade de promover acessibilidade, segurança e autonomia aos usuários, especialmente às pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.

PL 580/2026 – Dispõe sobre a instalação de corrimãos nas escadarias públicas implantadas, reconstruídas ou requalificadas pelo Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 546/2026 – Institui a Política Municipal de Atendimento Humanizado às Pessoas com Obesidade Mórbida nos equipamentos públicos municipais de saúde, dispõe sobre a adequação gradual da infraestrutura, mobiliário, equipamentos e protocolos assistenciais, e dá outras providências.

PL 541/2026 – Altera a Lei nº 14.401, de 21 de maio de 2007, para instituir critérios técnicos-funcionais de avaliação e renovação de autorizações e licenças na modalidade de táxis acessíveis, e dá outras providências.

PL 496/2026 – Dispõe sobre a criação do Protocolo “Escola Viva” para a inclusão e adaptação ambiental para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

PL 472/2026 – Institui o Programa Municipal de Inclusão Sensorial no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 408/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de barras de apoio, conforme a norma ABNT NBR 9050:2020, em banheiros, sanitários e vestiários de espaços públicos e em construções habitacionais de interesse social (populares).

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 401/2026 – Altera a Lei nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015, para incluir as pessoas com Síndrome de Down entre os beneficiários do Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende.

PL 396/2026 – Institui o Programa "Praça Inclusiva" e dá outras providências.

PL 375/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de salas sensoriais em creches públicas e creches credenciadas, destinadas ao atendimento de crianças neurodivergentes, e dá outras providências.

PL 373/2026 – Torna obrigatória a disponibilização de placas informativas no formato da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) em estabelecimentos e instituições públicas no Município de São Paulo.

PL 371/2026 – Institui o aplicativo SampaAccess, voltado à promoção da acessibilidade urbana para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 306/2026 – Autoriza o Poder Executivo a promover a municipalização das calçadas no Município de São Paulo, para centralizar progressivamente a responsabilidade pela construção, manutenção e conservação dos passeios públicos, altera dispositivos da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 e dá outras providências.

PL 281/2026 – Autoriza o Poder Executivo a promover a municipalização das calçadas no Município de São Paulo, para centralizar progressivamente a responsabilidade pela construção, manutenção e conservação dos passeios públicos, altera dispositivos da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 e dá outras providências.

PL 276/2026 – Dispõe sobre a instituição de parcerias público-privadas com academias e centros de atividade física para oferta de equipamentos adaptados e aulas específicas destinadas a pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas, e dá outras providências.

PL 258/2026 – Institui a Política Municipal de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 220/2026 – Institui o "Espaço Sensorial Valentina Salmeron Barbosa dos Santos" nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) do Município de São Paulo, destinado ao acolhimento e regulação sensorial de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências.

PL 216/2026 – Torna obrigatória a disponibilização de placas informativas no formato da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) em estabelecimentos e instituições públicas no Município de São Paulo.

PL 178/2026 – Institui diretrizes para a promoção da acessibilidade comunicacional em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos serviços municipais de segurança urbana e

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

atendimento emergencial, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1501/2025 – Cria o Mapa Municipal de Mobilidade Ativa, com aplicativo que prioriza rotas seguras e acessíveis para pedestres, ciclistas e usuários de transporte público.

PL 1242/2025 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Painel Digital de Vagas Prioritárias – Pessoas com Deficiência e Idosos.

PL 1077/2025 – Institui a obrigatoriedade de fixação de placas informativas sobre o direito de mulheres, idosos e pessoas com deficiência descerem fora dos pontos de ônibus em local visível nas paradas e linhas de ônibus da Cidade de São Paulo.

PL 1051/2025 – Institui a Política Municipal de Infraestrutura Urbana Universal, destinada à promoção de condições equitativas de circulação, permanência e uso dos espaços públicos por pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com obesidade e demais munícipes, no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1002/2025 – Dispõe sobre o treinamento dos colaboradores das empresas que operam na rede de transporte público municipal para assegurar o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

PL 968/2025 – Institui a Política Municipal de Capacitação Permanente para o Atendimento Inclusivo no Transporte Coletivo (CAPACITrans), estabelece a obrigatoriedade de treinamento para profissionais do sistema de transporte público municipal sobre os direitos e as necessidades das pessoas com deficiência, e dá outras providências.

PL 693/2025 – Dispõe sobre a utilização de dispositivos sonoros internos nos veículos de transporte público coletivo para informar pessoas com deficiência visual sobre os pontos de parada.

PL 604/2025 – Dispõe sobre a instalação ou adequação de linhas de transporte público coletivo municipal para atender, principalmente, a população com pouca mobilidade ativa, com deficiência, mães com crianças pequenas ou de colo, gestantes, idosos e pessoas gordas, no acesso aos equipamentos públicos de saúde no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 261/2024 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de adaptações nos coletivos municipais visando facilitar o acesso de portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida, dando ainda outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.

autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 17:33:24.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12846/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 640/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758386.